



O PAPEL DA MULHER NA RELAÇÃO ENTRE ESTADO E TERCEIRO SETOR SOB A ÓTICA DO “PRIMEIRO-DAMISMO” - Um Estudo de Caso sobre a Organização das Voluntárias de Goiás

Autoria

Ana Clara Muniz Agostinetti - agostinettiana@gmail.com

Graduação de Administração Pública/FGV/EAESP - Fundação Getulio Vargas/Esc de Admin de Empresas de São Paulo

Juliana Arida Santos - ju.arida@hotmail.com,

Graduanda de Administração Pública/FGV/EAESP - Fundação Getulio Vargas/Esc de Admin de Empresas de São Paulo

Noézia Maria Ramos - ramos.noezia@gmail.com

Mestr e Dout em Admin de Empresas /FGV/EAESP - Fundação Getulio Vargas/Esc de Admin de Empresas de São Paulo

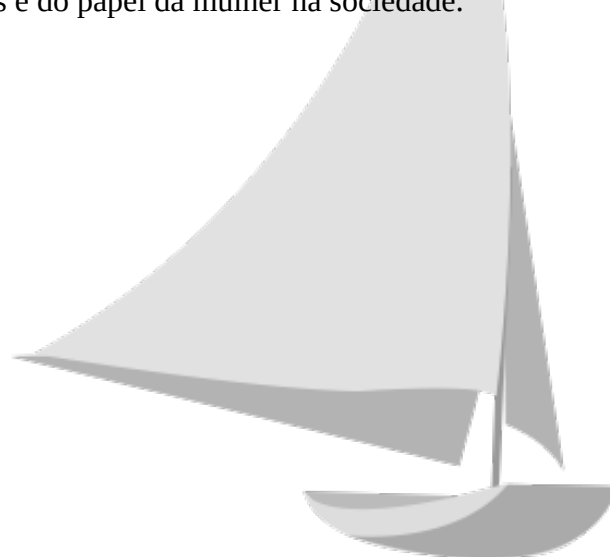
Docente de Graduação (FAGEN)/UFU - Universidade Federal de Uberlândia

Agradecimentos

CAPES e FGV

Resumo

O objetivo foi verificar a existência de uma relação entre o Estado de Goiás e o Terceiro Setor por meio da intermediação da mulher. Os procedimentos metodológicos adotados foram centrados na análise qualitativa de caráter exploratório. As entrevistas foram realizadas com base em um roteiro semi-estruturado e anotadas em diários de bordo. A abordagem escolhida foi o estudo de caso, com três semanas de imersão na cidade de Goiânia (GO). Para a investigação do material levantado, utilizamos a técnica de análise de conteúdo e codificação. Concluímos que a presença da primeira-dama do Estado de Goiás como presidente de honra, assim como a extrema relevância da presença da mulher desde movimentos sociais e até a consolidação do terceiro setor, são fatores que apontam numa direção crítica dos resquícios patrimonialistas e do papel da mulher na sociedade.





O PAPEL DA MULHER NA RELAÇÃO ENTRE ESTADO E TERCEIRO SETOR SOB A ÓTICA DO “PRIMEIRO-DAMISMO” - Um Estudo de Caso sobre a Organização das Voluntárias de Goiás

RESUMO:

O objetivo foi verificar a existência de uma relação entre o Estado de Goiás e o Terceiro Setor por meio da intermediação da mulher. Os procedimentos metodológicos adotados foram centrados na análise qualitativa de caráter exploratório. As entrevistas foram realizadas com base em um roteiro semi-estruturado e anotadas em diários de bordo. A abordagem escolhida foi o estudo de caso, com três semanas de imersão na cidade de Goiânia (GO). Para a investigação do material levantado, utilizamos a técnica de análise de conteúdo e codificação. Concluímos que a presença da primeira-dama do Estado de Goiás como presidente de honra, assim como a extrema relevância da presença da mulher desde movimentos sociais e até a consolidação do terceiro setor, são fatores que apontam numa direção crítica dos resquícios patrimonialistas e do papel da mulher na sociedade.

Palavras-chave: Assistência Social; Terceiro Setor; Estado; Feminização da Assistência Social; Primeiro-Damismo.

INTRODUÇÃO

No presente trabalho buscou-se analisar o papel da mulher na parceria entre o Governo do Estado de Goiás e a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG). A OVG é uma Organização Social (OS) que presta serviços de assistência social para a população goiana há 70 anos. O trabalho traz um recorte de gênero que possibilita focar em dois papéis centrais que as mulheres desempenham nesta relação, o de Presidente de Honra da OVG, representada pela primeira-dama do estado de Goiás, e o de funcionária da OVG, exercido por assistentes sociais. Os cargos são comissionados e a maior parte da equipe é composta por mulheres.

A história da OVG condiz com a história brasileira, nascendo na mesma década da Legião Brasileira de Assistência (LBA), e traz a forte presença da primeira-dama como liderança das ações sociais para a população pobre do Estado de Goiás. Colocando a mulher num papel estigmatizado de cuidadora e restrita às ações humanitárias, a figura da primeira-dama assume a frente da política de assistência social, levando também consigo aspectos provincianos e clientelistas dos governos locais.

O presente relatório teve por objetivo analisar a intermediação do primeiro-damismo na relação entre o Estado de Goiás e terceiro setor, a partir do Estudo de Caso da OVG.

No trabalho realizado pela OVG, destaca-se o papel das mulheres na organização. De acordo com as informações disponíveis no relatório sobre gestão de pessoas de abril de 2018, cerca de 70% dos funcionários da organização são mulheres, divididas em cargos de direção, gestão, coordenadoras, assistentes sociais, enfermeiras, cozinheiras e outros. Entre eles, encontra-se a Presidente de Honra da OVG que há 70 anos é atribuída à primeira-dama do estado. A partir de 2014, com o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), a Presidente passou a ser apenas um marco simbólico, não mais podendo interferir nas ações da OS, e atribuiu-se o nome de Presidente de Honra.

Entretanto, dada a fundação da OVG ter sido realizada por uma primeira-dama do estado em 1947, Dona Ambrosina Coimbra Bueno, torna-se relevante compreender a parceria histórica entre estado e OS na prestação de serviço social à população goiana. Neste contexto, buscou-se analisar como funciona a delegação do serviço de assistência social ao terceiro setor, e qual a razão e impacto de mulheres estarem majoritariamente atuando neste trabalho.

Ademais, buscou-se priorizar a mulher não só no tema desta pesquisa, mas também no referencial teórico utilizado, de modo a exaltar a presença feminina na Academia visto a importância da representatividade estar mais evidente para inspirar futuros trabalhos.



REFERENCIAL TEÓRICO

Primeiro-damismo

O aspecto histórico rural de Goiás abriu espaço para perpetuação de um patrimonialismo em sua política, viabilizado pelas figuras de coronéis que dominavam as oligarquias da época, como já apontado anteriormente neste relatório. O processo de urbanização brasileiro, assim, transforma os coronéis não só mais como líderes rurais, bem como tornam-se autoridades dos recentes municípios, de modo que “o ‘coronelismo’ se apresenta como a expressão política da dominação dessa classe no interior do país.” (LEAL, 1975, *apud* BARROS; SILVA, 2015)

Com a área pública tomada pelos homens, às mulheres restringiu-se o ambiente doméstico ou religioso. A partir da década de 1930, setores mais abastados da sociedade, em especial as mulheres burguesas, vinham sendo convidados a contribuir para a diminuição dos problemas sociais, principalmente a pobreza, a partir dos ideários católicos de caridade e amor ao próximo. É a partir dessa década que o Estado brasileiro começará a reconhecer a necessidade de empreender ações interventivas na área social, embora não tenha tomado essa função como eminentemente sua, é que serão gestadas as bases para o que passaria a ser a profissão de Serviço Social. Assim, as damas de caridade foram peças-chave nesse processo. (MEDEIROS; FROTA, 2011)

Dessa forma, a apropriação do serviço social por parte da burguesia, ainda sob o viés da caridade, se institucionalizou na figura das primeiras-damas Brasil afora. Esta representação no Poder Executivo é inaugurado pela primeira-dama da República Darcy Vargas, que funda em 1942 a Legião Brasileira de Assistência - LBA, associando a primeira ação de garantia de serviço social do Estado - mesmo que visto como benemerência e não direito - a uma imagem feminina, de bondade da Primeira-dama (TORRES, 2002).

A partir de 2004, com a promulgação do SUAS e PNAS, o serviço social não mais é codificado como uma ajuda do Estado, mas sim como um direito universal à população brasileira de atenção à famílias em situação de vulnerabilidade. Entretanto, os traços patrimoniais se perpetuam na esfera rural do Brasil, dado os “cargos de confiança” serem sujeitos a nepotismo, descaracterizando a política como impessoal (BARROS; SILVA, 2015).

A (re)atualização e permanência do primeiro damismo na Assistência Social repõe o patrimonialismo como determinante na condução dessa política, o que remonta a suas origens. A compreensão da mesma como instrumento de “ajuda” e de filantropia junto a um número cada vez maior de pessoas que se enquadram no perfil de vulnerável social ganha relevo nos pequenos municípios brasileiros, tornando-os, com a concessão de benefícios e de transferência de renda, objetos de desejo da manipulação política. Nesse sentido, e reiterando a herança do familismo na política brasileira, ninguém mais “apto” a assumir a função de “mãe da pobreza” que a primeira dama. (BARROS; SILVA, 2015)

Dessa forma, as primeiras-damas ainda se tornam o rosto das questões sociais no Brasil quando exercem cargos de confiança como Secretarias da Assistência Social, ou ainda quando possuem um cargo simbólico no âmbito da assistência social, para remeter os serviços prestados à imagem do governo eleito.

De acordo com os dados apontados na Pesquisa do Perfil dos Municípios Brasileiros – Munic., do IBGE de 2009, dos 5.561 municípios que declararam ter órgão gestor da assistência social, 1.352 municípios (24,3%) tinham a primeira-dama como condutora de tal política. Quando separados os dados de acordo com a região, o Centro-Oeste aparece com mais de 50% de seus municípios tendo os órgãos de serviço social chefiados pela primeira-dama, a maior porcentagem dentre todas regiões do Brasil.

O Primeiro-damismo, logo, seria o movimento de reafirmação do patrimonialismo coronelista, agora no papel da mulher. Construído a partir das damas da sociedade e suas ações filantrópicas vinculadas à fé e religião, a forte essência de caridade se perpetuou, postergando assim a



consolidação do serviço social tal como direito.

Caridade, clientelismo, direito e cidadania

Um começo com incertezas e sem garantias para os mais pobres, baseado principalmente na benevolência e caridade. Este foi o marco inicial da assistência social no Brasil. A principal instituição, capaz de se prontificar para com população desprovida das condições básicas para uma boa sobrevivência de vida, era a Igreja Católica. Através das Santas Casas, desde os anos 1500, os padres e os demais envolvidos com a religiosidade auxiliavam os mais pobres, isso porque a motivação era a moralidade da conduta.

(...) os pobres eram considerados como grupos especiais, párias da sociedade, frágeis ou doentes. A assistência se mesclava com as necessidades de saúde, caracterizando o que se poderia chamar de binômio de ajuda médico-social. Isso irá se refletir na própria constituição dos organismos prestadores de serviços assistenciais, que manifestaram as duas faces: a assistência à saúde e a assistência social. O resgate da história dos órgãos estatais de promoção, bem-estar, assistência social, traz, via de regras, esta trajetória inicial unificada. (SPOSATI et al., 2007 *apud* CARVALHO, 2008)

A atuação do Estado brasileiro em prol da assistência social se inicia com a transposição de funções para as entidades filantrópicas que já realizavam atividades de cunho assistencialista, sendo somente no governo Vargas na década de 1930 que inicia-se o pensamento de criação de uma política social. Nesse momento, a assistência social tem forte vínculo com outros setores já mais fortalecidos comparativamente, ainda que também incipientes, que seriam atrelados ao trabalhador: a previdência e o seguro-desemprego. A previdência começa a ser administrada pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões, e o seguro-desemprego, junto com outras questões relacionadas a não capacidade de trabalhar (maternidade, auxílio doença e acidentes de trabalho), são de responsabilidade do Ministério do Trabalho, criado no ano de 1930.

Somente em 1942 é criado o primeiro órgão gestor responsável por cuidar da assistência social no país: a LBA - embora mantendo a lógica assistencialista focando em quem realiza a benesse, não no indivíduo como merecedor de um direito - surge como sociedade civil com finalidades não econômicas e voltada para lidar com organizações assistenciais de boa vontade (SPOSATI, 1989).

Os usuários são as famílias dos pracinhas; os servidores - dessa sociedade de frágil organização burocrática - são voluntárias e alguns funcionários públicos disponibilizados para trabalhar com as primeiras-damas. Naquele momento a LBA não tinha quadro funcional próprio. Era o tempo da madrinha dos combatentes das campanhas do cigarro, etc. Sua organização expressa a "parceria" entre o voluntariado civil e o empresariado. Com a criação da LBA, o papel contributivo da mulher no enfrentamento das situações sociais adversas reforça-se, já que a esse órgão coube a mobilização da sociedade civil durante a II Guerra Mundial. (SPOSATI, 1989, p. 14)

Sua organização era dividida em superintendências, coordenadas pelas primeiras-damas dos interventores da época, e comissões estaduais, servindo como instrumento do populismo da Era Vargas nas alianças entre Estado e Sociedade Civil (SPOSATI, 1989). As principais ações da LBA em seus primeiros anos eram de cunho emergencial e paliativo, entretanto, era perceptível certa autonomia local diante os recursos disponíveis.

Em 1984, segundo o Relatório-geral da própria LBA, "a co-participação efetiva e responsável da sociedade no trabalho social para buscar e realizar soluções, obrigação que, no Estado moderno, não pode mais ser deixada aos cuidados, por vezes discricionários ou paternalistas, do governo" (*apud* SPOSATI, 1989, p. 28).

É nesse trecho que são identificados três pontos importantes: o reconhecimento do olhar do próprio governo para si, reconhecendo práticas paternalistas (1); a gestão em parcerias como essencial nas políticas de assistência social, sendo que não se pode negar a experiência de



entidades filantrópicas - independente do histórico assistencialista - diante do trabalho social (2); e o dilema entre aglutinação do setor social pelo Estado ou responsabilização de organizações sociais (3).

Sposati deixa bastante claro também em seu trabalho sobre a LBA (enquanto agente no enfrentamento da pobreza no Brasil), a importância do papel da mulher. Segundo ela, "a ação da mulher como voluntária e a mobilização da contribuição da sociedade para enfrentar situações adversas seguem sendo, até os dias atuais, marcos que a LBA institucionalizou na sociedade brasileira" (SPOSATI, 1989, p.16).

A LBA em sua criação, portanto, é a expressão da parcerias entre o Estado, o empresariado e o voluntariado feminino civil, para entender a pobreza. Como se dizia na época: **"Pobre é coisa das mulheres que têm coração e não do governo que têm razão."** (SPOSATI, 1989, p. 16 - grifo da autora).

É somente com o fim da ditadura militar e o início da redemocratização no Brasil, que a LBA começa sua descentralização e a assistência social começa a tomar a forma como direito universal. Com a Constituição Federal de 1988, "a assistência social passa integrar o tripé seguridade social, juntamente com os direitos à saúde e à previdência, deixando para trás seu caráter subsidiário, de política complementar" (CARVALHO, p. 23, 2008).

A assistência social, tal como hoje é constituída, nasce em dezembro de 1993, com a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), detalhando os órgãos colegiados e gestores das políticas de assistência social, suas competências e responsabilidades perante a população brasileira e usuárias do serviço social. Nesse momento cria-se a configuração de mecanismos de transparência do uso dos recursos públicos e financiamento da política, assim como a presença de instrumentos deliberativos e participativos.

Em 2003, no governo de Lula, é criado o Ministério da Assistência Social e Sposati aponta em seu livro de celebração dos dez anos de nascimento da LOAS alguns pilares de sustentação da política pública de assistência social, sendo eles:

(...) [o] paradigma da relação de parceria, não podem existir tijolos separando ONG a ONG, entidade a entidade. Sem argamassa e concreto unificador, não haverá política social e direito ao cidadão (...), sistema único de cobertura, descentralizado, territorializado, serviços permanentes e continuados e pacto federativo. (SPOSATI, 2003, p.77 e 78)

O objetivo dessas quatro pontuações de Sposati são para a consolidação da política de assistência social sem laços elitistas e conservadores. A política social não é efetivada somente com a prática dos órgãos governamentais, existe uma rede extensa de solidariedade da sociedade civil, que realiza os serviços sociais, é necessário, construir uma forma gerencial de política, capaz de garantir a efetiva co-gestão das ações, rompendo com práticas patrimonialistas (SPOSATI, 1989).

Detalhamento de método

A abordagem escolhida foi a pesquisa qualitativa, a estratégia de pesquisa foi o estudo de caso da OVG e as técnicas de coletas de dados foram via entrevistas semi-estruturadas, pesquisa documental e observação participante. Os dados foram categorizados e sua análise foi por meio de análise de conteúdo de Bardin. Foram realizadas 24 entrevistas, algumas foram agendadas, outras ocorreram no momento da visitação e outras, durante confraternizações das unidades. O roteiro semi-estruturado encontra-se em anexo.

As observações foram realizadas durante as visitas em campo nas oito unidades de atendimento e desenvolvimento de projeto, e as informações foram registradas nos diários de campo

Também houve participação em eventos de confraternização, como o *Arraiá do Cerrado*, evento feito pelo governo do estado de Goiás cujo a OVG é uma das principais parceiras na realização. O Arraiá ocorre anualmente na Praça Cívica, região central de Goiânia e onde também localiza-se o Palácio das Esmeraldas, sede oficial do governo do estado. A festa é o



segundo maior evento público da cidade, perdendo apenas para a Festa de Natal, realizada também pela OVG, e marca o encontro de quadrilhas da região, venda de comidas típicas e shows musicais e entrada gratuita, reunindo significativamente os goianos (diário de campo, 12/07/2018, às 19h).

As entrevistas foram registradas em diário de campo e não foram gravadas. Optou-se por esse método ao invés dos uso de gravadores porque algumas falas se tornaram confidenciais e que devido a assuntos sensíveis, a gravação seria um empecilho.

Estudo de Caso - Contextualização da OVG

A OVG foi fundada em 30 de outubro de 1947, pela então primeira-dama do estado, Dona Ambrosina Coimbra Bueno. Em um primeiro momento, foi administrada pela Arquidiocese de Goiás e atuava como um “órgão de auxílio voluntário aos hospitais, maternidades, orfanatos e demais entidades de assistência social” (OVG, 2017, p.9). A organização é um exemplo inspirado nas práticas do primeiro-damismo no Brasil, como apontado no trecho:

O nascimento da OVG foi inspirado em iniciativa semelhante da então primeira-dama do país, Santinha Dutra, esposa do ex-presidente Eurico Gaspar Dutra, denominada Organização das Voluntárias. (OVG, 2017, p.17)

O bispo auxiliar Dom Antônio Ribeiro de Oliveira foi quem ficou responsável pela OVG até 1966, quando a Arquidiocese de Goiânia transferiu o controle das entidades vinculadas às primeiras-damas estaduais, para garantir maior visibilidade do trabalho que estava sendo realizado. Marilda Fontoura de Oliveira, esposa do ex-governador Otávio Lage de Siqueira, tornou-se a primeira presidente da OVG após a gestão da Igreja Católica e assim a OVG se expandiu sob o comando das primeiras-damas.

Em 1970, foi criada a primeira sede própria da OVG, em um local cedido pelo governo do estado de Goiás. Em 2005, ocorreu uma reforma em sua estrutura, a partir de um novo planejamento estratégico que priorizou tornar o atendimento ao cidadão mais eficiente, e classificou a OVG como OS pelo Decreto Estadual nº 6.283/05.

Descrição e análise crítica dos dados

Foram entrevistados 22 mulheres e dois homens, todas com autorização das pessoas, no entanto, não foram gravadas, mas sim registradas por meio da tomada de notas em diário de campo. As conversas aconteceram principalmente no ambiente de trabalho, algumas agendadas e outras em momentos de visita - algumas duraram algumas horas, outras o dia todo, dependendo da disponibilidade do entrevistado. Também ocorreram entrevistas em momentos de confraternização dos envolvidos no projeto social.

Dentre as mulheres entrevistadas da OVG, três eram diretoras, duas gerentes, seis coordenadoras, cinco assistentes sociais, uma pedagoga, uma psicóloga e uma assessora da diretoria. Dos homens um era coordenador e outro professor.

Foi tentado contato com a primeira-dama do Estado de Goiás vigente em julho de 2018 para entrevista por meio dos contatos disponíveis dentro da própria organização, entretanto, não foi possível sua realização por falta de agenda. Uma entrevista com uma das primeiras-damas seria bastante importante para corroborar a análise sobre o primeiro-damismo na assistência social.

Também foram visitados o Conselho Municipal de Assistência Social (CEMAS) e uma das sedes da Secretaria Cidadã do Estado de Goiás, responsável pelas políticas públicas de assistência social para o nível estadual, que coordenam o Programa Bolsa Família e o CadÚnico. Nessas visitas, também foi percebido a representatividade feminina superior à presença do sexo masculino. Nesse contexto, foi possível realizar três entrevistas, sendo uma conselheira e duas assistentes sociais.

As 24 entrevistas e observações foram relatadas nos diários de campo e por meio do processo



de codificação inspirado em Bardin (2004) foram encontrados onze códigos, sendo eles sintetizados em três categorias. A partir desse método de análise (tabela 4) consolidou-se a hipótese da intermediação da mulher na relação entre o Estado de Goiás e o Terceiro Setor, configurado nos conceitos de primeiro-damismo e feminização da assistência social.

A primeira categoria nomeada de Presença do Primeiro-Damismo e Feminização da Assistência Social tem agrupados os nomes: papel da primeira-dama e papel da mulher na assistência social. Por sua vez, as descrições sobre quais são os papéis identificados na figura da primeira-dama se mesclam em uma imagem principal, assim como as percepções dos entrevistados sobre a figura da mulher na assistência social. Ambos auxiliaram no enfoque nos conceitos de primeiro-damismo e feminização da assistência social para a interpretação do caso da OVG.

A segunda categoria nomeada de Dificuldades da Institucionalização possui os nomes: assistência social em Goiás e assistência social no Brasil. As características históricas desses dois pontos apresentam as conquistas e dificuldades da consolidação do SUAS nos níveis municipais e estaduais, e ajudam a compreender de forma simultânea os desafios que a OVG enfrenta nesse contexto enquanto Terceiro e parceira do Estado.

Abaixo segue a tabela E com o desenho dos códigos e categorias, posteriormente será detalhado com falas das entrevistadas e entrevistados a análise crítica. Não será usado o nome dos entrevistados para manter o sigilo e eles serão denominados como "E - numeração da citação".

Analizando: presença do primeiro-damismo

Será olhado para o primeiro-damismo como a prática de colocar o rosto da esposa de governantes nas questões de cunho social - sendo principalmente expresso por meio de nomeações da primeira-dama em Secretarias de Assistência Social. Isso porque a assistência social é vista como bondade dos governantes, pelo papel da primeira-dama (TORRES, 2002).

A particularidade do caso da OVG que se caracteriza com aspectos dos primeiro-damismo não é simplesmente a nomeação da primeira dama para liderar uma entidade social - isso porque, foram as damas da elite goiana que fundaram a organização junto à primeira-dama da época. A complexidade e sutileza se dá porque o estado de Goiás coloca sob o holofote valores femininos para sensibilizar a sociedade na problemática social, sendo esses valores atribuídos à primeira-dama que preside, pela significância histórica do cargo que ocupa, a organização que presta grandes e importantes serviços de assistência na região

"Ela é a presidente de honra. Ela que criaram a organização e são as fundadoras, por isso que ainda possuem esse cargo, pela história da OVG. As primeiras damas sempre serão representadas." (E17).

Nas entrevistas, o peso da imagem dela foi atrelado como justificativa para sua manutenção como presidente da OVG, ocupando o cargo de honra pela histórica e identidade da organização, mas também como tendo papel estratégico, como na captação de recursos ou divulgação dos projetos.

"A imagem dela pesa na OVG para a captação de recursos, doações. Se a primeira dama convida alguma instituição, o peso é diferente do que se a diretora geral convida. A primeira dama tem um papel discreto, técnico e de representação institucional. A imagem dela é benéfica. Antes tinha preconceito com a imagem dela, mas após entrar na OVG, ela defende que mesmo que a OVG se torne inteiramente OS, a primeira dama deveria continuar em seu cargo de presidente de honra." (E6).

"Quanto à primeira-dama, ela que usa a sua imagem para ajudar na OVG. A imagem dela sensibiliza e simpatiza empresários para a OVG conseguir doações. Hoje ela não tem poder



decisório, só de opinião, principalmente depois do processo de enquadramento da OVG como OS e do novo estatuto." (E5).

O fato de ser colocados sobre a primeira-dama o papel de "mãe da pobreza" (BARROS; SILVA, 2015), é pela sua condição enquanto mulher e as definições históricas que vem junto. Nesse sentido, caminha-se na mesma direção da feminização da assistência social: como resquício do domínio do espaço público para características masculinas e, quando pensa-se em ação social, o Estado delega para a mulher (primeira-dama) a responsabilidade pelo cuidado às famílias pobres (FRITZEN, 2015).

"O peso da família ainda cai sobre a mulher. Então ainda carregamos o cuidado como característica. Mulher é responsável pelo cuidado da família, isso visto no Brasil e no mundo." (E14).

"Muitas mulheres trabalham na assistência social por causa desse tabu que foi criado, que a mulher é cuidadora. Os homens não, por medo de perder a imagem da masculinidade." (E10).

"Homem não está na assistência social por falta de conhecimento e preconceito com a área." (E15).

Nesse conflito sobre o papel que é colocado sobre as mulheres, foi indagado durante as entrevistas o por que a entrevistada ou o entrevistado acreditava da dominância das mulheres na área social. As respostas foram muito similares, caminhando para como as características atreladas ao feminino levam a um maior interesse pelo trabalho na assistência social - independente de funções como o salário ou ascensão social, mas sim, por razões como satisfação pessoal com a atividade desempenhada.

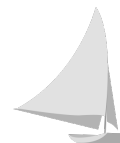
Outro destaque a ser feito é que a importância da técnica para a realização do trabalho, em diversas conversas o termo "técnica" foi citado.

"Acredito que a maioria das funcionárias são mulheres porque é coincidência da profissão. A maioria das pessoas que se formam em assistência social e psicologia são mulheres, portanto, quem trabalha na OVG vai ser mulher também. Já as diretorias quando são mais técnicas, são compostas por mais mulheres. Isso porque a maioria formada na área técnica de assistência social é mulher. E quando é mais política, a maioria é homem, porque homens não se formam tanto assistência social ou áreas relacionadas e têm maiores vínculos políticos." (E5)

"Para trabalhar com assistência social: deve ser técnico e humano. Ter amor pelo o que faz. Técnica em função ao atendimento e humano no atendimento que os usuários devem receber." (E16).

"Não se trabalha mais com assistência social só tendo coração bom, precisa-se de técnica para gerir e entender da parte documental. É coisa de profissional e não do que eles chamam de "mulherzinha". As mulheres estão aqui para profissionalizar a gestão. Existe um estudo que comprova que mulheres depois da maternidade aumentam seu desempenho no trabalho. O mundo faz a mulher ter mais sentidos e ser multidisciplinar. As mulheres fazem a gestão da OVG, mas ao mesmo tempo estão de olho no que acontece no corredor, se tem alguém pedindo comida na porta e etc. Os homens fazem só a gestão." (E6)

Sendo o terceiro setor um espaço acolhedor e em crescimento, é nele que se tem a porta aberta para formalizar-se enquanto profissional e mulher, tendo como princípio o propósito do



trabalho.

"A assistência social começou com a caridade que se transformou em trabalho voluntário. Esse trabalho se profissionalizou. Também tem o fato de que o mercado do terceiro setor se abriu mais para as mulheres, já que elas têm mais sensibilidade com as causas. As pessoas não veem propensão de crescimento, existe um teto máximo dentro das organizações sociais. Os homens, portanto, não enxergam como atrativo o terceiro setor, por causa dessa propensão para crescer dentro dele." (E17).

Recorte de gênero - Funcionárias da OVG

Um dos principais destaques é o longo histórico de trabalho dentro da organização, o quadro de funcionários é antigo no sentido que muitos deles estão na OVG a cerca de 10 a 15 anos. A funcionária entrevistada mais antiga dentro da organização tem 35 de OVG e entrevistada mais nova tem 2 anos.

O que é interessante ressaltar é que o primeiro processo seletivo da OVG aconteceu em 2017, com a seleção da coordenadora do novo centro de convivência, o CCA. O que significa que durante os 70 anos de instituição, todas as pessoas que contratadas foram ou por processos seletivos internos ou por indicação. É nesse sentido que a interface política fica mais clara nas relações, nas quais mesmo em cargos que não são de chefia e portanto, requerem características mais técnicas para sua realização do que cargos de chefia. No segundo, na esfera pública é legitimado a indicação dado a importância de se terem pessoas de confiança perto nos processos decisórios de cargo eleito, assim como a importância de certas características políticas no momento de lidar com situações do cotidiano da vida pública.

Já numa organização social, a ideia política não é a primeira concepção que vem a mente, mas que, no contexto histórico de primeiro-damismo, os resquícios do paternalismo ainda está presente. Mesmo que as contratações sejam feitas com base em critérios (o que de maneira geral são, pelo o que foi explicitado nas informações coletadas nas entrevistas), fica frágil a estrutura no momento em que o critério pode ser alterado conforme muda o cargo de liderança na unidade.

Aqui entra-se num segundo ponto, que é o da instabilidade da folha de pagamento. A cada quatro anos, a OVG está sujeita a mudanças nas suas atividades. A partir da terceira semana de julho, foi vivenciado o começo das alterações que as unidades têm que passar no início do período eleitoral. O logo do governo não poderia aparecer em nenhum quesito, seja na fachada das unidades ou na distribuição de materiais sobre OVG - isso pelas regras eleitorais.

Ao mesmo tempo, ouvia-se certa insegurança na fala das entrevistadas e dos entrevistados, que não sabiam se continuariam no próximo ano no mesmo cargo ou na própria OVG. Isso porque, se houver mudança de governo, mudam-se os cargos de diretoria e esses, portanto, selecionam outras pessoas para os cargos de gerência com figuras de confiança e o ciclo continua até a alteração dos cargos de coordenação e da assistente social na ponta.

Conversamos com mulheres que foram contratadas, demitidas e reencontradas ao menos duas vezes. Cada uma com uma história específica, detalhando o governo e as peculiaridades da época.

Durante as conversas, também foi perguntado sobre por que elas e eles achavam que tinha tantas mulheres na organização em proporção ao número de homens. As respostas nesse tópico foram bastante similares, não destoando tanto entre si, nem gerando tantas histórias particulares como nos tópicos políticos.

A resposta do por quê mulher na OVG e por quê da mulher na assistência social é, para a própria OVG, pelas características da mulher, aquelas características femininas de cuidado.

Presidente de Honra



A figura da presidente de honra esteve presente nos detalhes. Em todas as unidades de projetos visitadas tinham, até a segunda semana de julho, um quadro com os acontecimentos do mês anterior na OVG, tendo a foto e uma carta da primeira-dama atual, reconhecendo as atividades. Chegando na sede da OVG a parede principal é com os retratos de todas as presidentes que a organização já teve, desde Dona Gercina até Valéria Perillo. No período de julho de 2018, o quadro político era da renúncia do governador Marconi Perillo em março de 2018 para se candidatar a senador nas eleições de 2018. Seu vice, durante seus dois governos consecutivos, José Eliton e sua esposa, Fabrina, assumiram ambos o governo de Goiás e a presidência de honra da OVG em abril de 2018 - o que não deu a oportunidade de colocar seu retrato na parede. Outro detalhe é a referência ao governo de Goiás - muito porque a grande maioria das receitas da OVG são provenientes do contrato de gestão com o governo. Assim, os prédios das unidades são também cedidos pelo governo e contêm placas indicando nomes do governador e secretários responsáveis pela obra.

Nas entrevistas, o assunto da primeira-dama era sempre tratado com muito respeito por parte das funcionárias, independente do cargo ocupado por elas, assim como para os funcionários entrevistados. Não se pode negar que dependendo da pessoa entrevistada, se tinha maior aproximação ou distanciamento da atual primeira-dama, nesse sentido, algumas das funcionárias conhecem presencialmente a primeira-dama, ou tinham conhecido a anterior devido a outros cargos antigamente ocupados por elas dentro da própria OVG.

Considerações finais

A pesquisa apresentada procurou elucidar como o papel das diversas mulheres presentes na relação estado-terceiro setor impacta esta parceria e qual a importância da figura feminina para efetivação do trabalho realizado, sendo a Organização das Voluntárias de Goiás o estudo de caso realizado para tirar algumas conclusões.

Após as análises do material e da experiência vivida, pode-se concluir que a primeira-dama é a personificação do estado para a população mais vulnerável que necessita de atendimento sócio-assistencial, representando assim o lado do cuidado e da preocupação que o estado tem com a população, de modo que o lado burocrata, técnico e profissional se concentra na figura do homem governador, o que preserva o modelo patriarcal e clientelista criado na era dos coronéis. Além disso, a forte presença das mulheres no serviço social até hoje remete à construção também patriarcal de vocação da mulher para o cuidado e o zelo.

Todavia, ainda que haja a profissionalização do atendimento, às assistentes sociais ainda não recebem o reconhecimento pelo trabalho fundamental que fazem na ponta da política, de modo que ainda resgata-se o teor caridoso do trabalho, possibilitando que muitas entidades promovam um trabalho neste viés, e não pela premissa de que a assistência social é um direito previsto, sendo este caso identificado em Goiás.

É perceptível, portanto, que o primeiro-damismo no caso de Goiás perpetuou a prática clientelista, por meio da delegação de funções ao terceiro setor, postergando assim a consolidação do serviço social como direito e construção de uma cidadania aos beneficiários.

Não obstante, a OVG, de fato, é uma organização para se impressionar. As dimensões de seu atendimento, não só em quantidade mas também a qualidade do serviço, servem de inspiração para o terceiro setor. Entretanto, não se pode negar os resquícios patrimonialistas ainda presentes em sua estrutura, percebidos durante a experiência de campo.

O estigma social da figura feminina apresenta-se ainda na assistência social, passando pelo histórico dos movimentos sociais e da própria formação do terceiro setor. A presença da mulher é de extrema relevância - seja no momento de luta, com a desmistificando da figura angelical e ingênua, ou ainda no momento em que a aproximação da mulher a profissões de maior zelo acaba por ser naturalizada - tal como o papel da primeira-dama na representação de protetora



dos pobres.

A intermediação da mulher sob o primeiro-damismo e feminização da assistência social, na relação entre o Estado e o Terceiro Setor, é de embate entre o passado e o futuro. O passado carrega consigo uma imagem da primeira-dama como protetora dos pobres e distância o cidadão do direito à assistência. O futuro mostra a competência e as técnicas que as mulheres desenvolvem na área social, sendo figuras essenciais no aperfeiçoamento da cidadania e do combate às desigualdades no país.

Todos esses fatos propõem gerar um novo olhar para essas mulheres que têm grande conhecimento no espectro da assistência social e da política pública social no Estado de Goiás - e que lutam para a institucionalização da organização enquanto OS fomentadora de direitos democráticos, da cidadania e de uma forma de fazer política pública em rede, reconhecendo o trabalho e a importância dos órgãos sociais.

Como dificuldades e limitações da pesquisa, o contato com somente uma organização não abrange o espectro do primeiro-damismo na contemporaneidade brasileira, ponto que seria importante para próximas pesquisas de ser explorado: como se configura os resquícios patrimonialistas ainda no século XXI.

Referências

- CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 1983
- ABREU, Mayra Regina Saraiva de. *Experiências Femininas na Política Goiana. Dona Gercina: entre o público e o privado*. Goiânia: Ed. da UFG, 2013
- CARMEN, Regina Paro et. al. *A Seguridade Social em Goiás: Ensaio Crítico e Pesquisa em Serviço Social*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2016.
- CARVALHO, Graziela Figueiredo. *A Assistência Social no Brasil: da Caridade ao Direito*. Rio de Janeiro: Monografia PUC-Rio, 2008.
- SPOSATI, Aldaíza. *A Menina LOAS: Um Processo de Construção da Assistência Social*. São Paulo: Ed. Cortez, 2007.
- SPOSATI, Aldaíza. et al. (org.). *Assistência na trajetória das políticas públicas sociais brasileiras: uma questão de Análise*. São Paulo: Ed. Cortez, 1989.
- SPOSATI, Aldaíza; FALCÃO, Carmo. *LBA, Identidade e Efetividade das Ações no Enfrentamento da Pobreza Brasileira*. São Paulo: Ed. EDUC, 1989.
- AS FUNDAÇÕES privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil - 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- GOHN, Maria da Glória. *A Relação Movimentos Sociais e Educação*. Revista Brasileira de Educação, v.16, n.47, maio-ago. 2011.
- GOHN, Maria da Glória. *Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs*. Rio de Janeiro: Revista Meta: Avaliação, v.5, n.14, p. 238-253, mai-ago. 2013.
- JOFFILY, Olivia Rangel. *Esperança equilibrada: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: PUC, 2005.
- FRITZEN, Juliana Pires. *A Feminização da Assistência Social: discutindo gênero e sua interface com a proteção social*. Florianópolis: UFSC, 2015
- RICHMOND, Mary E. *Charitable Co-operation*. Boston. 1901.
- MEDEIROS, Moíza Siberia Silva de.; FROTA, Maria Helena de Paula Frota. *A ascensão da mulher à esfera pública e a intervenção no social: primeiro-damismo e assistência social*. In: VIII Semana de Humanidades da UECE e UFC, Fortaleza. Anais da VIII Semana de Humanidades da UECE e UFC, 2011.
- TORRES, Iraildes Caldas. *As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e de poder*. São Paulo: Cortez, 2002.
- CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. *Resolução nº 39*. 9 de Dezembro de 2010. Brasília: Diário Oficial da União.